

Educação Ambiental é privilégio?

97
Arnaldo Niskier

Professores e alunos, munidos de kits, navegam no lago Paranoá, em Brasília, coletando amostras da água para análise. Concluem que os índices de poluição se encontram em níveis assustadores.

Os resultados de um trabalho assim, iniciativa do Colégio Objetivo, configurariam um elitismo indesejável? Somente alunos da rede particular, de posses acima dos padrões econômicos usuais, na sociedade brasileira, teriam condições de frequentar os cursos do "Projeto Paranoá" ou das aulas da "Escola do Mar" (Angra dos Reis) e da "Escola da Natureza" (a 30 km de Manaus, às margens do rio Negro).

Tal fato foi analisado pelo professor José Goldemberg, hoje ministro da Educação e que foi reitor da USP e secretário Nacional de Ciência e Tecnologia, quando falou no Seminário Nacional de Educação Ambiental, promovido pelo Conselho Federal de Educação. Sua preocupação foi muito além: "Se temos 30 milhões de estudantes e 20 mil escolas, como contentarmos com o atendimento de algumas dezenas de alunos?"

A sua argumentação foi refutada pelo professor João Carlos Di Gênio, criador, desde 1984, de todas essas

iniciativas: "Faço a minha parte. O Governo deve fazer a parte dele, que corresponde naturalmente a esse número impressionante de estudantes".

No mesmo Seminário, que foi realizado em Brasília, a professora Nelly Gonçalves de Melo, assessora do MEC para assuntos de Educação Ambiental, abordou a criação dos Centros de Educação Ambiental, o primeiro dos quais se instalará na cidade baiana e histórica de Porto Seguro: "Queremos, nos Centros, que deverão abranger outras regiões, como a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica, formar recursos humanos para essa grande operação de sensibilização dos brasileiros para a importância e a indispensabilidade do trato prioritário à Educação Ambiental".

Ficou muito nítido, no espírito dos participantes do evento, que nada acontecerá de expressivo se não houver o preparo de recursos humanos adequados. Sempre a questão dos professores. Não haverá reforma de qualquer espécie se os professores e especialistas estiverem fora do processo.

Goldemberg apelou para que as lições a serem ministradas alcancem igualmente os Ciacs (Centros Integrados de Apoio à Criança), "até que se possa chegar democraticamente à

universalização do atendimento". Elogiou a iniciativa da Universidade de São Paulo ao criar o curso de pós-graduação em Ciências Ambientais e solicitou que outras universidades se engajem no mesmo processo.

Surgiram sugestões muito interessantes no Seminário do CFE, como evitar-se a transformação da Educação Ambiental em disciplina obrigatória: "Por que não aproveitar o arcabouço de Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Moral e Cívica para dar esse conteúdo? A matéria de EPB, por exemplo, está sendo rejeitada pelas comunidades universitárias. Não seria o caso de transformar isso em lições de grande atualidade, na área de Educação Ambiental?"

Foi lembrado que está sendo criado um fundo internacional para o financiamento da Educação Ambiental, o que ocorre pela primeira vez, e o Brasil não deveria ficar fora desse imenso projeto, pois entre nós há um lento despertar da consciência ecológica, e o processo é irreversível, como demonstram pioneiramente os alunos do Objetivo, em diferentes estados brasileiros.

■ Arnaldo Niskier, da Academia Brasileira de Letras, é membro do Conselho Federal de Educação